

# Considerações acerca de alguns aspectos teóricos e conceitos-chave presentes na obra de Michel Foucault

Daniel Maurício Viana de Souza<sup>1</sup>

## Resumo:

Trata acerca de pressupostos teóricos e conceitos fundamentais que permeiam a obra de Michel Foucault. Para tanto, num primeiro momento, traça linhas gerais acerca dos fundamentos estruturais do trabalho deste autor, enfatizando os marcos arqueológico e genealógico. Em seguida discorre sobre algumas categorias específicas, tais como, 'história', 'descontinuidade', 'documento', 'discurso' e 'enunciado', que atravessam de maneira visceral a produção intelectual de Foucault. Analisa posteriormente, a relação poder-verdade, tendo como pano de fundo a formulação foucaultiana sobre os mecanismos disciplinares. Por último, reflete, com base no conceito de 'biopoder', sobre a passagem – sugerida por Deleuze – de uma 'sociedade disciplinar' para a 'sociedade de controle'.

**Palavras-chave:** Foucault; Arqueologia; Genealogia; Disciplina; Biopoder.

## Abstract:

Discuss about theoretical premisses and concepts that permeate the work of Michel Foucault. To do so, at first, traces general lines about the structural foundations of the work of this author, emphasizing the archaeological and genealogical landmarks. Later discusses some specific categories, such as 'history', 'discontinuity', 'document', 'discourse' and 'utterance', crossing visceral way Foucault's intellectual production. Later analyzes the relationship power-truth, having as backdrop the foucauldian formulation of disciplinary mechanisms. Finally, reflects, based on the concept of 'biopower', about the passage - suggested by Deleuze – of a 'disciplinary society' to 'society of control'.

**Keywords:** Foucault; Archaeology, Genealogy, Discipline, Biopower.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas.



O desafio de trabalhar acerca da obra de Michel Foucault, ainda que seja apenas sobre alguns de seus aspectos, é inerente a sua complexidade e consequente incerteza quanto a esforços de sistematização do seu pensamento. Nosso desafio aqui será tratar de algumas questões bastante caras à construção teórico-intelectual deste autor, tais como as práticas relacionadas às formações discursivas, situadas em uma esfera maior onde o que está em jogo é a preocupação com a construção do sujeito na Modernidade. Dentro deste contexto, se entrecruza uma série de categorias como, história e sua noção de descontinuidade; funções enunciativas; perspectivas disciplinares, etc., todas elas atravessadas por feixes de relações entre verdade e poder.

Embora não fosse um sociólogo, seus estudos interdisciplinares sobre os modos de subjetivação, o poder e o conhecimento, confrontaram algumas das questões mais essenciais para a Sociologia. Para que possamos nos debruçar com mais acuidade sobre determinados aspectos da obra de Foucault que apontam caminhos teóricos e possibilidades metodológicas de contribuição para a pesquisa sociológica, cabe apresentar, a título introdutório, um breve apanhado no que tange a algumas características sobredeterminantes de seu pensamento em geral.

Em razão da já citada dificuldade de sistematizar a obra de Foucault, optamos por estruturar nossa análise seguindo uma certa cronologia aliada à grupos temáticos comuns. Dessa forma então, podemos dizer, grosso modo, que os textos de Foucault na década de 1960 são os “arqueológicos” voltados à questão do saber; na década de 1970 os “genealógicos” com vistas ao tema do poder – ressaltando desde já, que estas duas empreitadas são “não somente complementares como também inseparáveis” (FAÉ, 2004, p. 413). Esta categorização se respalda numa metodologia de pesquisa na qual para se tratar a questão das práticas de subjetivação há a necessidade de uma pesquisa arqueológica, onde se analisa a discursividade local – saberes que perpassam os diversos níveis e estruturas institucionais – agregada ao olhar genealógico que privilegia o estudo sobre as condições de emergência de determinados saberes que balizariam os discursos. Baseado nesta imprecisa organização do pensamento foucaultiano, o olhar sobre sua obra deve estar sempre atento para o seu foco primordial:

(...) o **sujeito** sempre como **efeito do discurso**, ou melhor, de formações discursivas que emergem em meio a um **jogo de forças** que se **atualizam** a cada nova relação, a cada momento, e **não de maneira linearmente evolutiva** ao longo do tempo. (ibidem, p. 410, grifo nosso).

O conceito de arqueologia em Foucault assume caráter específico de acordo de com determinados olhares a partir de determinados textos. Isto se deve a uma constante revisão da maneira de pensar arqueologicamente, refletindo uma certa preocupação do pensador com um sentido de aperfeiçoamento do seu postulado. Este quadro implica para nós em uma necessidade de fragmentar a análise do conceito de arqueologia foucaultiana, levando em conta cada etapa do direcionamento desta perspectiva na pesquisa implementada por Foucault.

A perspectiva arqueológica na obra de Foucault aparece pela primeira vez em “*História da Loucura*”, texto publicado em 1961, vinculada ao termo “arqueologia da alienação”. No ano de 1966 em “*As Palavras e as Coisas*” o filósofo propõe uma “arqueologia das ciências humanas”. Em “*Arqueologia do Saber*” de 1969, a questão é mais aprofundada apontando para uma vertente até mesmo mais explicativa do seu conceito de arqueologia.

Acerca deste primeiro momento do conceito de arqueologia na obra de Foucault, podemos considerar a categoria de arqueologia da alienação como fundamental ao permitir o autor tratar da questão da loucura no grau zero de sua historicidade. Isto significa dizer que Foucault não privilegia uma história daquilo que já foi dito da loucura, mas sim as **condições de possibilidade** do pensamento sobre ela. Aliás, esta é uma contribuição inovadora que Foucault traz aos estudos filosóficos, históricos e sociais da produção científica. Ele está preocupado mais com as condições para a constituição de uma historicidade definida por experiências limites de uma cultura e/ou uma sociedade, do que com uma história sem interrogações respaldada em princípios de racionalidade sem nenhum caráter prescritivo.

Em “*História da Loucura*” há um trabalho descritivo sobre a correlação das estruturas fundamentais da experiência, ou seja, a perspectiva histórica das condições que tornaram possíveis o aparecimento de uma ciência sobre a loucura – como, por exemplo, a Psicologia. O surgimento deste saber é visto por Foucault como um resultado sócio-cultural, motivado por uma dada experiência da loucura. Em outras palavras, é a Psicologia e demais saberes correlatos, consequência de uma mudança de perspectiva acerca da loucura, que ao contrário de antes, começa a ser considerada uma doença.

Em um segundo momento de sua arqueologia, Foucault alarga as fronteiras de sua análise chegando a abranger em seus estudos, de uma maneira geral, as ciências humanas. No livro “*As Palavras e as Coisas*” o prisma arqueológico passa por uma revisão fundamental quanto aos seus questionamentos. A noção de **descontinuidade** é trazida para o âmbito da questão histórica. Tal visão arqueológica propõe um pensar acerca do homem a partir das rupturas e dos vazios existentes nas dispersões da continuidade dos acontecimentos. Esses acontecimentos são discursivos e como tais marcam uma possibilidade de análise distinta das histórias tradicionais balizadas na continuidade.

O terceiro momento da análise arqueológica foucaultiana se encontra mais fortemente em “*Arqueologia do Saber*”. É neste livro que além de estarem expostos os principais pressupostos teóricos da arqueologia, aparecem as principais categorias e conceitos a serem tratados aqui em nossa análise. O posicionamento arqueológico de Foucault neste estágio retoma questões expostas em obras anteriores, porém de maneira crítica, ao propor uma revisão a determinadas posturas e argumentações antes afirmadas<sup>2</sup>.

Nesta breve passagem sobre a questão arqueológica proposta por Foucault, é possível perceber um traço em comum entre os três níveis aqui apresentados, a preocupação com a temporalidade do sujeito histórico-social. A tentativa de compreensão das condições que possibilitam o surgimento de determinado fato histórico em um determinado contexto social e, por conseguinte, seu sujeito, é a característica fundamental da arqueologia foucaultiana.

Acerca da passagem do período arqueológico para o genealógico na obra de Foucault, não devemos entendê-la como um corte que rompe abruptamente com os pressupostos anteriores para dar lugar a novos postulados completamente diferentes. A genealogia não suprime a arqueologia, mas sim representa uma reformulação teórica do posicionamento arqueológico aonde a questão do saber é fortemente relacionada com o **poder**.

A genealogia trata da questão do poder em sua relação com o saber; o poder gera saberes e o saber gera poderes. (...) somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através dela. (PORTOCARRERO, 1994, p. 53).

---

<sup>2</sup> Análises mais precisas serão tecidas no momento propício neste trabalho.

Será a partir da análise das práticas discursivas em suas condições de possibilidade de surgimento e efeito sobre a formação e transformação dos saberes, que Foucault proporá a análise das implicações políticas referentes a estes saberes – futuramente desenvolvida a partir da noção de **biopoder**. A experiência dos sujeitos e seus saberes passa a transcender o campo meramente discursivo, atingindo o nível das relações de poder e conseqüentemente a produção de verdade. É exatamente por conta disto, que a crítica aos discursos institucionais, que estão diretamente relacionados com questões de produção de saber e relação de poder, será o ponto de convergência entre a arqueologia e a genealogia.

Quando falamos de genealogia em Foucault não estamos falando em pesquisa de origem, mas sim em uma procura dos começos históricos, suas configurações de positividade a partir das condições de possibilidades dos próprios saberes. Estamos falando de uma busca da história antes de seu acontecimento, aonde não há verdades pré-estabelecidas próprias de uma origem, um princípio, uma fundação.

De maneira geral estas são as principais características destes que são os marcos fundamentais na pesquisa de Foucault: a arqueologia, que busca responder **de que maneira** se dá o surgimento e o desenvolvimento dos saberes; e a genealogia, que em caráter complementar a análise arqueológica, tenta responder o **porquê** destes saberes, inserindo-os no jogo de poderes enquanto ferramenta política e estratégica. Em ambas as perspectivas, a questão do sujeito – considerado como acontecimento condicionado por fatores que lhe são alheios, sendo esta realidade permeada pelos processos discursivos – é fundamental e determinante. Assim considerando, e tendo em vista o contexto mais abrangente dos escritos de Foucault, acreditamos que o entendimento mínimo acerca dos processos de subjetivação descritos por este autor passa pela compreensão de certas relações entre fenômenos esboçados a partir de categorias conceituais, as quais abordaremos mais detidamente a seguir.

## II.

A partir de agora procuraremos aprofundar alguns dos pressupostos teóricos mais caros à obra de Foucault. Atentaremos-nos, sobretudo, a categorias como ‘história’, ‘descontinuidade’, ‘documento’, ‘discurso’, ‘enunciado’, e outros. Questões que aparecem com bastante força especialmente em “*Arqueologia do Saber*”<sup>3</sup>. Pretendemos ainda, analisar a problemática das relações de poder e verdade, nos debruçando sobre a questão das disciplinas enquanto mecanismo de controle e poder das ações do sujeito, expondo brevemente como, a partir da análise do conceito de ‘biopoder’ se esboça a passagem para o que Gilles Deleuze – fortemente influenciado pelo trabalho de Foucault, mas procurando avançar em sua proposta – vai chamar de ‘sociedade de controle’. De uma maneira ou de outra, todos estes temas fazem parte de uma meta-problemática motivadora da pesquisa de Foucault e o desenvolvimento de seu peculiar método de análise da ciência: a questão do sujeito.

Em primeira instância, o conceito de **história** em Foucault é constituído sob uma visão crítica à noção de temporalidade como um contínuo. A ideia de que os acontecimentos históricos seguem um curso linear é rechaçada em favor da aceitação dos fatos de interrupção nos processos de historicidade. O descontínuo deixa de ser um problema ou uma dificuldade que

---

3 Tendo plena consciência de que, embora se tratem de elementos importantes presentes na obra de Foucault, sendo muitos deles, conceitos-chave no interior de determinadas discussões propostas pelo autor, este recorte pode não dar conta de maneira satisfatória da complexidade inerente à sua obra – e, em última instância, nem é este o nosso objetivo neste texto.

deve ser afastada da pesquisa histórico-social, e passa ocupar um papel fundamental, tanto como objeto quanto instrumento desta prática. O foco central da investigação histórica se desloca de grandes unidades de tempo, como “épocas” ou “séculos” – que dariam a ideia de grandes continuidades – para as zonas limites, ou os recortes. As noções de tradição e rastro são determinantes para a construção de pressupostos que autorizariam de certa forma uma redução das diversas possibilidades de irrupções na trajetória histórica de um conceito, além de por outro lado, caracterizar uma origem onde saberes simplesmente surgiriam em determinados pontos particulares. Na perspectiva foucaultiana, onde o tempo deve ser entendido como uma sucessão de descontinuidades, a história de conceitos e saberes não pode ser estudada sob o signo de uma evolução ou progresso racional.

Como foi dito anteriormente, esta ideia de descontinuidade sempre causou um certo mal-estar para a pesquisa histórica e portanto deveria ser sempre desconsiderada, ou quando muito, encarada como obstáculo a ser superado. Por este motivo, devemos ter claro que para o desenvolvimento de um olhar sociológico sobre a historicidade da ciência onde o principal pressuposto é justamente a descontinuidade, logo surgem problemas de ordem metodológica inquietantes e que devem ser respondidos da melhor forma possível. Foucault, assim, coloca claramente um dos principais questionamentos referentes à operacionalização desta proposta: de que maneira identificar conceitos que possam possibilitar uma apreensão desta descontinuidade? O autor reconhece esta dificuldade uma vez que em prol de um “benefício das estruturas fixas” (FOUCAULT, 2005, p. 6), a história, mesmo admitindo o conflito e as perturbações presentes nas construções descontínuas, tende a apagar as irrupções dos acontecimentos.

Um outro aspecto crítico desta proposta de Foucault seria o que se refere à noção de **documento**. É comum nas pesquisas científicas que envolvem qualquer caminhar sob a historicidade, considerar os documentos como representantes fidedignos das verdades que emanariam do passado. A questão não deve ser vista de maneira tão simples. Mais do que subitamente buscar nos documentos evidências através de um trabalho interpretativo, o pesquisador deve tentar traçar a rede conjuntural onde se teceu este documento, deve trabalhá-lo no seu interior: organizar, recortar distribuir, repartir em níveis, estabelecer séries, para que assim seja possível traçar as relações da qual fez parte este elemento documental. Somente desconstruindo a ideia do documento enquanto instrumento privilegiado e legítimo do trabalho da história é que seria possível desarticular a ideia de história como representação de monumentos do passado, fazendo-os, em sua qualidade de documento, testemunhos deste passado. A história defendida por Foucault desenha justamente o caminho inverso, ou seja, onde os documentos são transformados em monumentos da história, ou como propõem Le Goff (1996) “documento/monumento”, capazes de desfazerem a frequente e errônea confluência que se faz entre história e memória.

A noção de documento/monumento se encontra paralelamente significativa à perspectiva foucaultiana da história, inclusive por ser esta noção considerada como produto das relações de força e poder existentes nas sociedades em que surgiram. Segundo Foucault, a grande questão da análise histórica passa pela crítica ao documento, ou seja, contestar toda uma visão positivista do documento enquanto elemento objetivo para a representação de um dado passado. A construção da memória social – facultada à história na qualidade de disciplina competente para tal tarefa – se dá através de escolhas, recortes operados através dos documentos. Pois será justamente reconhecendo que estes recortes e escolhas são subjetivos e podem responder a condições de interesses em jogos de poderes, é que se dará esta

construção teórica do documento como monumento. Todo monumento é intencionalmente construído, para fazer lembrar ou não deixar esquecer, em um sentido de reverenciar alguém ou alguma instituição ou mesmo ideal – ou seja, uma representação de poder que se busca perpetuar simbolicamente. O que transformaria o documento em um monumento seria então, sua utilização pelo poder.

A história para Foucault, em suas características arqueológicas, deve se voltar à crítica ao documento, em outras palavras, empreender uma análise intrínseca do documento/monumento. Tal perspectiva origina uma série de problemas metodológicos no que se referem ao próprio *corpus* teórico/documental, seus níveis de análise seus princípios de escolha e, sobretudo, quanto às articulações e relações na teia social onde eles se constituem. O caminho que Foucault proporá como possibilidade de averiguação desta problemática sob seu olhar arqueológico, será a análise do **discurso**, ou melhor, das **formações discursivas** constituintes dos diversos domínios de saber.

O sujeito deve ser considerado sempre como resultado ou efeito das formações discursivas que se dão em meio a relações de poder. Toda sociedade como uma construção histórica se balizaria em práticas discursivas determinadas. Ora, ao estender os fatos histórico-sociais ao domínio do não linear e descontínuo, Foucault suspende também toda possibilidade de leitura das formas imediatas da continuidade discursiva, preparando terreno para uma análise de todas as formas de irrupções possíveis em cada momento do discurso.

Uma característica forte do discurso é que ele sempre estará repousado em um “já dito”, fatos de discursos anteriores que se entrelaçam em um relacionamento complexo onde se definem as regras de existência e prática dos enunciados presentes nas formações discursivas, enunciados estes que por sua vez, seriam partes elementares do discurso. No entender de Foucault, é neste vasto domínio constituído pelo “conjunto de todos os enunciados efetivos (...) em sua dispersão de acontecimentos”, onde se construirão os nós que darão a coerência no interior das tramas nas redes discursivas.

Nesta busca de entendimento sobre as formas de possibilidade de unidades no discurso, a descrição dos acontecimentos discursivos devem se referir à compreensão dos enunciados nas suas peculiaridades. Esta análise dos enunciados não pretende de maneira alguma, tal como é tradição na história do pensamento, uma interpretação destes enunciados. A questão para Foucault – em vez de ficar buscando um sentido oculto que se esconderia no não dito – é o que e de que maneira se regem os enunciados:

(...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relaciona a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2005, p. 31).

Importante frisar que um enunciado jamais se esgota através do sentido e da língua, pois estão sempre relacionados a outros enunciados que os precedem e que os sucederão. Trazer a tona, por meio de uma análise discursiva, o espaço onde se constituem os enunciados é, na verdade, descrever nele e fora dele jogos de relações internos e externos. Este olhar sobre as

relações significa um levantamento da memória, por assim dizer, destes enunciados, possibilitando ler nas irrupções e descontinuidades arrolamentos que jamais seriam possíveis no domínio unicamente interno de um determinado enunciado.

Uma proposta de análise das formações discursivas nos moldes foucaultianos significa em descrever os enunciados no campo do discurso e as relações que daí podem ser constituídas. Tomando o enunciado na particularidade de seu acontecimento se pode abrir caminho para determinar as suas condições de existência. Tais condições, ainda que dispersas e repartidas, podem ser, de alguma maneira, estruturadas em determinadas regras que compõem as formações discursivas. Falamos aqui de tentar especificar certas “regras de formação” das práticas discursivas sob grupos de objetos, conceitos, temas, onde fosse capaz de encontrar semelhantes sistemas de dispersão entre um certo número de enunciados. Trata-se de, como afirma Foucault (2005, p. 42), pesquisar se entre esses elementos dispersos, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assimiláveis em um espaço comum.

Quanto ao objeto do discurso, ele difere em cada época, cada sociedade, cada nicho de relações em que se desencadeiam as próprias condições de formação dos discursos. E por este motivo, é necessário de início marcar as “superfícies primeiras” de emergência de tais objetos e saber que, para definir aquilo sobre o qual o discurso se debruça, é necessário adotar um prisma de análise sobre as dispersões, descontinuidades e os limites onde podem se manifestar tais discursos.

Para Foucault então, analisar o discurso é olhá-lo em sua materialidade, isto é, não interpretá-lo a partir daquilo que ele não diz. O que não impede de maneira nenhuma de nos defrontarmos com nosso passado histórico de forma crítica, sabendo que a partir de uma possível revisão de suas verdades estabelecidas podemos perceber a não evidência de nossa realidade presente tão aparentemente manifesto. Abordadas a partir da perspectiva das descontinuidades históricas, as práticas discursivas apontam efetivamente para um jogo onde a produção do saber está inserida diretamente em relações sociais de poder. Nas palavras de Foucault (1996, p. 2),

(...) em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e os perigos, refrear-lhes o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

O discurso a partir do momento em que pode ser o veículo para uma verdade respaldada sobre um saber científico, acaba por se emaranhar em uma teia de relações de poder bastante complexa que se encontra difusa na estrutura social. A análise dos diversos mecanismos e procedimentos de regulação do discurso, espalhados sob a forma de micropoderes locais e específicos bastante eficazes no “gerenciamento” do pensamento e comportamento das populações, é um outro aspecto importante na empresa intelectual de Foucault. Deste ponto de vista, poderemos verificar a pertinência da disciplina, ou poder disciplinar, na qualidade de “princípio de controle da produção do discurso”.

A partir do século XVIII, se começa a perceber o corpo humano como objeto e alvo de poder, ou seja, se desenvolve o princípio da “docilidade” ou do “corpo dócil” que é submetido, transformado e utilizado sem que haja resistência. Os métodos de controle e de operação dos corpos e sujeição de suas forças serão propiciados por meio das **disciplinas**. Foucault (2004, p. 119) trabalha esta questão considerando as disciplinas como fórmulas gerais de domina-

ção, não por uma ação coercitiva direta de apropriação dos corpos, mas sim por relações que ao mesmo tempo os tornam tanto mais obedientes quanto úteis.

Esta nova “anatomia política” se constrói em um processo que envolve múltiplos elementos da esfera institucional, tais como: escolas, hospitais, a esfera militar, que operando organizadamente em bloco e de acordo com demandas conjunturais, será capaz de imputar a cada indivíduo na esfera social um olhar controlador sem que se faça senti-lo. Dentre os diversos mecanismos e táticas de operação do poder disciplinar é importante destacar que eles se definem sob um objetivo fundamental de tornar menos custoso e mais eficiente a prática do poder em seus organismos de dominação e controle. Foucault (2004, p.180) sintetiza muito bem esta formulação ao se referir aos propósitos do poder disciplinar que “fazem crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema”.

Na multiplicidade da configuração social as ferramentas disciplinares são empregadas para que se possa tirar maior proveito possível desta heterogeneidade. Procura-se, para tanto, a constituição de “quadros vivos”, isto é, de uma divisão em blocos de interesse onde multidões dispersas e inúteis possam ser organizadas de maneira a otimizar seu potencial político, econômico e social. O controle das atividades é um dos pressupostos empregados neste projeto disciplinar. Uma série de estratégias são desenvolvidas para exercer um controle sobre, por exemplo, o tempo das atividades do sujeito social. Foucault (ibidem, p.133) chega a falar em uma “capitalização” do tempo dos indivíduos que reflete os princípios de controle e utilização, em uma temporalidade que seria linear e evolutiva que estaria intrinsecamente ligada a um modo específico de funcionamento do poder.

Três posturas adotadas como ferramentas do arsenal disciplinar são fundamentais para a garantia de pleno funcionamento deste mecanismo de poder. São elas: o “olhar hierárquico”, a “sanção normalizadora” e o “exame”. O “olhar hierárquico” trabalha como uma espécie de observatório que tem por função vigiar, assim permitindo um controle interior e articulado. A questão da “sanção normalizadora” já diz respeito mais ao aspecto punitivo e tem como princípio retaliativo a exclusão, ou seja, em vez de aplicar um corretivo direto, afasta-se o indivíduo de qualquer possibilidade de recompensa, naquilo que Foucault chamou de sistema duplo de gratificação-sanção. E por fim, o “exame” é o mecanismo que combina a técnicas hierárquicas da vigia com as da sanção que normaliza. Representa quase que uma ritualização, cerimônia de poder onde se estabelece a verdade através de demonstrações da força comandante.

A estrutura do poder disciplinar poderia muito bem ser representada em sua forma ideal pelo modelo arquitetural de Bentham (1977): o Panóptico, ou seja, o princípio da visibilidade total. Esta composição arquitetural é de fato uma “figura da tecnologia política” (ibidem, p. 170), uma vez que permitindo ver sem parar e reconhecer imediatamente, o efeito natural sobre aquele que se encontra condicionado a esta vigia é uma consciência permanente de seu estado. Desta forma, se torna mais assegurado o funcionamento do poder.

A disciplina, assim, considerada como “um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e instrumentos, que se constituem numa espécie de sistema anônimo” (FAÉ, 2004, p. 411), teria como objetivo fundamental ingressar os sujeitos, através do sobrepujo dos seus “corpos dóceis”, em uma máquina de maximização do desenvolvimento econômico. Embora tenha havido uma forte estatização dos mecanismos disciplinares representados por instituições oficiais, o poder disciplinar não pode ser identificado a uma instituição ou um aparelho específico e concreto. Este tipo de poder é, como nos propões Portocarrero (1994), uma tecnologia que se encontraria difusa em uma complexa relação de representações institucionais múltiplas.

Como uma contrapartida do poder jurídico-militar nas sociedades modernas, o poder disciplinar, analisado sob uma ótica genealógica-foucaultiana, representa um exemplo determinante de um processo histórico de fabricação do sujeito, onde no entrecruzamento de discursos que postulam a “verdade” da experiência destes atores sociais, as disciplinas nada mais são do que práticas e mecanismos de regulação do comportamento e da subjetividade. Contudo, cabe ainda ressaltar que, sobretudo a partir da segunda grande guerra há uma espécie de reconfiguração do poder e suas relações nas sociedades modernas que envolve um controle da subjetividade, não como individualidade, mas como ‘população’, representado pelo estabelecimento de um mecanismo de poder – governamental, sobretudo – no qual se prima pela produção de verdades e comportamentos no interior de uma lógica de identificação coletiva. Isto significa, não uma superação da ‘sociedade disciplinar’, em que o objeto do poder é o sujeito e suas propriedades individuais (comportamentos, costumes, etc.), subjogados por estratégias disciplinares e/ou de confinamento (hospitais, clínicas, prisões, escolas, etc.), mas sim, sua intensificação ou radicalização, de modo que se torna alvo e interesse maior do poder os efeitos que produzem a vida em conjunto, tais como, taxa de natalidade e mortalidade, epidemias, escassez de alimentos, dentre outros. Temos então, o nascimento do que Foucault vai denominar **biopoder** ou biopolítica<sup>4</sup>.

Ainda que em seus escritos preliminares Foucault fizesse a distinção entre estas duas noções, sendo a biopolítica uma dimensão integrante do biopoder, posteriormente ele as trata praticamente como sinônimos. Vale ressaltar, contudo, que alguns autores e exegetas hoje preferem delimitar as fronteiras entre estas categorias. Negri (2003, p. 107-108) assim as define:

Denomina-se ‘biopoder’ identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de ‘biopolítica’ quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo das resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder.

Contemporaneamente vivenciamos um processo no escopo da racionalidade de Estado, que vem se delineando desde o final do século XIX, em que extrapolamos um poder disciplinar e vigilante, em direção a uma regulação virtual<sup>5</sup> da população – que só se concretiza apoiada no consentimento individual dos sujeitos – amparada nas possibilidades da tecnologia avança. Tal realidade, que para alguns autores<sup>6</sup> constitui um momento de transição, caracteriza uma nova forma de “tecnologia de poder” inerente ao que se pode denominar de **sociedade de controle**.

---

4 “A passagem do homem-corpo ao homem-espécie é um sintoma de que o biopoder consolida o direito político de “fazer viver” e “deixar morrer”” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

5 “Virtual” no sentido de que os dispositivos de poder não se circunscrevem mais apenas aos espaços físicos/concretos das instituições. Em vez disso, adquirem cada vez mais fluidez e difusão, de maneira que, possam agir de forma abrangente nos mais diferentes domínios do social.

6 Apenas para dar um exemplo, podemos citar aqui Lopes, Santos e Pombo (s/d): “hoje, nós encontramos num momento de transição (...). Estamos a sair de uma forma de encarceramento completo para uma espécie de controle aberto e contínuo”.

Segundo esta lógica de transição, Gilles Deleuze argumenta que estamos em um período em que a 'sociedade de controle' se estrutura da mesma maneira que, de acordo com o pensamento foucaultiano, a antecessora 'sociedade disciplinar'. Conforme foi dito anteriormente aqui, não se trata de uma superação, um abandono total dos pressupostos "epistêmicos" que regem a 'sociedade disciplinar', mas sim uma exacerbação – e ao mesmo tempo, uma integração – da disciplina e seus discursos postulantes, possível pela sofisticação – em grande medida, tecnológica – dos mecanismos de poder.

Para Deleuze (1992, p. 221), um dos pressupostos centrais que caracteriza a passagem à 'sociedade de controle' é que o disciplinamento aos moldes foucaultianos dá lugar a um permanente controle, contínuo e difuso, que atravessa os domínios estatal e privado. Pode-se até mesmo ponderar na direção de que se há alcançado um êxito nunca antes visto do objetivo do Panóptico de Jeremy Bentham, considerando que o ideal de uma sociedade autovigiada se estabelece sem a necessidade de concretude arquitetônica, já que "(...) as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro". (HARDT, 2000, p. 369).

Viver-se-ia atualmente, então, em uma sociedade que não mais é disciplinada pelo confinamento, mas que em vez disso, é atravessada por discursos substanciadores de um controle contínuo, amplamente difundido através das tecnologias de comunicação e informação, conferindo-lhe uma instantaneidade que torna sua tarefa altamente eficaz e precisa. E como corolário ao próprio pensamento foucaultiano, enfim, não seria incorreto afirmar que simbioticamente os adventos da sociedade de controle e do biopoder estão conectados. Afirmar que se sustentaria sob o argumento de que a biopolítica efetivamente só é plausível a partir do momento em que os mecanismos de poder passam a considerar a subjetivação sob a perspectiva da coletividade em suas possibilidades de reverberação e implicação na vida em sociedade, e a partir disso, se estruturar uma governabilidade capaz de gerenciar (manipular) tais efeitos.

Consideramos, portanto, que estas são discussões pertinentes ao escopo sociológico contemporâneo, e que o aprofundamento e reverberação de tais pressupostos foucaultianos representam uma via valiosa de análise dos mais variados fenômenos sociais. De maneira que, o mérito deste tipo de panorama geral sobre aspectos fundamentais da obra de um autor como Foucault, além dos seus desdobramentos tanto teóricos como práticos, enfim, está na possibilidade de tornar mais sistematizado e, assim, acessível um pensamento profundo e complexo, com grande potencial de contribuição à pesquisa e interpretação da sociedade.

## Referência

BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. *Copyright – pensamento, crítica e criação*. Braga: Universidade do Minho, out. 1998. Disponível em: <http://www.udc.es/dep/lx/cac/sopirrait> Acesso em: 04 out. 2005.

DELEUZE, Gilles. Post Scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. *Psicologia em Estudo*. Maringá: Universidade Esta-

dual de Maringá, v.9, n.3, p. 409-416, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08.pdf> Acesso em: 04 out. 2005.

FISCHER, Rosa M. Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.114, p.197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> Acesso em: 04 out. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HARDT, M. Sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, É. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo, Editora 34, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LOPES, Ana Isabel; SANTOS, Sónia; POMBO, Olga. *Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar>. Acesso em: 27/06/2012.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: A história do saber e das práticas. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SÁ, Raquel S. de. A arqueologia: *Como os saberes aparecem e se transformam*. (on line). Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art12.html> Acesso em: 05 out. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentabilidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.